

AS CONTRIBUIÇÕES DA LITERATURA PARA A ALFABETIZAÇÃO DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

Andrialex William da Silva

Universidade Federal do Rio Grande do Norte – andrialex@outlook.com

Resumo: Buscar diálogos entre diferentes temáticas da educação é ponto fulcral para a construção de práticas consolidadas, dessa forma, nosso ensaio apresenta reflexões sobre a alfabetização do aluno com deficiência intelectual (DI) se apoiando na literatura com o intuito de viabilizar a inclusão escolar. Sendo assim, nosso objetivo com esse trabalho é refletir sobre os possíveis diálogos teóricos encontrados entre o texto literário e o livro de literatura infantil com processo de alfabetização da criança com DI. Metodologicamente o ensaio se constrói com discussões teóricas a fim de elucidar uma determinada temática, em nosso caso buscamos autores que discorrem sobre inclusão escolar, alfabetização, deficiência intelectual e literatura para construir um escopo de idéias com o intuito de defender uma prática docente que está para além das divisões didáticas e pedagógicas dos temas. Em nossas reflexões evidenciamos a importância de se discutir sobre o processo de alfabetização da criança com deficiência intelectual, apontamos que a prática com o texto literário ou o livro de literatura infantil pode possibilitar novos caminhos para o sucesso desse processo, e ainda, abrir um leque de possibilidades que podem ser usadas pelo docente para a inclusão do aluno com DI nas práticas alfabetizadoras. Concluímos apontando a relevância de discussões como essas, além de defender que é necessário ainda mais trabalhos que busquem diálogos entre essas diferentes áreas da educação, incluindo outras temáticas que não fazem parte do escopo desse ensaio, porém compreendemos esse trabalho como contribuições teóricas para pesquisas e praticas docentes futuras.

Palavras-chave: Deficiência Intelectual, Alfabetização, Literatura, Inclusão Escolar.

1. Introdução

Este ensaio traz a discussão sobre a alfabetização do aluno com deficiência intelectual (DI) aliada a prática docente com o uso da literatura infantil nas salas de aula do ensino fundamental I, levando em consideração as diversas possibilidades pedagógicas que surgem dentro de um contexto escolar. Será admitida a pluralidade dos sujeitos e as contribuições da Literatura Infantil (AMARILHA, 2001; COSTA, 207) para o processo formativo do aluno. Desta forma, buscamos refletir sobre os possíveis diálogos teóricos encontrados entre o texto literário e o livro de literatura infantil com processo de alfabetização da criança com DI, uma vez que tal diálogo permite uma diversidade de situações que necessitam ser indagadas e estudadas, a fim de aprimorar a prática nas salas de aula.

Os estudos que visam explorar possibilidades pedagógicas entre a literatura e a alfabetização, e como essas podem contribuir para a construção de práticas e estratégias de ensino. Na constituição de tais estratégias é fundamental considerar as capacidades e

habilidades dos alunos com DI na apropriação de conhecimentos referentes à leitura e escrita (FONSECA, 2016).

Dadas essas ponderações, o ensaio busca estabelecer o diálogo entre a literatura infantil e os processos de alfabetização dos sujeitos do ensino fundamental I, frisando o aluno com deficiência intelectual. Tendo em vista que para tal discussão é necessário pensar a literatura como arte e conseqüentemente refletir sobre a sua apreciação (COSTA, 2007) e sua degustação, além de buscar promover momentos de aprendizagem significativa na prática com o texto liberatório (AMARILHA, 2001).

A fim de justificar a relevância do ensaio, nos respaldaremos em duas dimensões que se complementam na construção do saber docente: a) social, apontando a relevância da discussão para a atual conjuntura da sociedade; b) e científica, visando um espaço de pesquisa pouco discutido e fértil.

A dimensão social ocorre no incentivo do contato das crianças com a literatura infantil, incluindo o aluno com deficiência intelectual. Segundo Bamberger (2000) citado por Costa (2007, p. 21), a leitura tem quatro funções diferentes: Leitura Informativa, que diz respeito a busca pela informação, como o próprio nome já sugere; Leitura Escapista, com o intuito de encontrar nos livros a satisfação dos seus desejos íntimos não supridos na vida real; Leitura Literária, que busca ir além da realidade, ressignificando a vida; Leitura Cognitiva, na busca pelo conhecimento. Junto com essa descrição os autores apresentam um dado alarmante. Apenas 5% de toda a leitura compreendem ao contato com os textos literários, isso pode indicar que a sociedade tende a buscar cada vez mais a praticidade deixando de lado a subjetividade da arte, assim diminuindo ignorantemente a sua dimensão educadora.

Amarilha (2001, p.17) reforça, infelizmente, tal informação. Em uma pesquisa elaborada na década de 1990, a autora identificou que apenas 25% dos professores da rede estadual de ensino do Rio Grande do Norte faziam uso da literatura na sala de aula, mesmo que assistematicamente. A justificativa apresentada para o baixo índice de adesão ao literário nas nossas turmas é a compreensão de que tal elemento não promove atividades significativas, ou seja, não ensina diretamente os conteúdos curriculares. Apesar de ser uma pesquisa do século passado, os dados apresentados ainda reverberam na atualidade e repercutem no contato das crianças de hoje com o texto literário. Mais uma vez aqui ressaltamos que essa interação resumida da literatura com o alunado, também diz respeito ao aluno com deficiência, assim

(83) 3322.3222

contato@cintedi.com.br

www.cintedi.com.br

faz-se necessário um estudo sistematizado sobre a relação que o sujeito com deficiência intelectual e a literatura infantil nos anos iniciais da sua escolarização, apontando as diversas possibilidades resultantes de tal encontro.

No meio científico, apesar de existirem diversas pesquisas que discutam a literatura na sala de aula, algumas delas já citadas aqui, e outras que discutam o processo de escolarização e\ou alfabetização do aluno com deficiência intelectual, como aponta Fonseca (2016, p. 14), existem poucas pesquisas que versam promover o diálogo sobre inclusão do aluno com DI e a literatura (CAPELLINI; MACHADO; SABE, 2012; SILVA; DESSEN, 2003; SOUZA, 2009).

Souza (2009, p. 17) aponta que “embora haja uma vasta produção teórica sobre a inclusão social na escola e a importância da literatura para o desenvolvimento integral da criança, constatamos que são incipientes os estudos que propõem a interface entre essas áreas”. Sendo assim, esse ensaio tem o intuito de investigar acerca das lacunas do conhecimento científico referente aos planejamentos e práticas docentes que diz respeito ao processo de escolarização para os alunos com DI no contexto escolar, tendo como suporte o livro literário. Com isso, evidenciamos a justificativa da importância de promover pesquisas como essas dentro da nossa sociedade, a fim de refinar as experiências literárias além de educar o sujeito, seja com deficiência seja sem, para as diversas áreas de vida.

2. Diálogos entre os aspectos teóricos e metodológicos

Trazemos aqui um ensaio teórico sobre o uso da literatura no processo de alfabetização da criança com deficiência intelectual, dessa forma, metodologicamente, nosso trabalho se respalda no diálogo entre os diversos autores sobre a temática. Não nos resumimos apenas a trazer autores que discutem sobre Educação Especial ou apenas sobre Alfabetização, mas sim, uma combinação de teóricos dessas diferentes áreas que dialogam.

Com isso, propomos discutir três temáticas que se entrelaçam durante este ensaio: a prática docente em uma perspectiva inclusiva; a alfabetização do aluno com deficiência intelectual; e o uso da literatura na sala de aula do Ensino Fundamental I.

2.1. Diálogos sobre a inclusão e o sujeito com deficiência intelectual

A primeira reflexão que podemos traçar a fim de iniciar a discussão proposta é o direito social a educação para todos, garantido pela Constituição Federal de 1988 no seu sexto artigo (BRASIL, 1988). O documento legal magno no Brasil garante a educação de qualquer cidadão brasileiro, sem fazer distinção alguma. Para, além disso, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996) traz no capítulo V, a regulamentação da Educação Especial no país. O artigo 58 diz: “Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais”, seja de ordem física, motora, intelectual ou sensorial.

Recentemente, foi instituída a Lei Brasileira da Inclusão da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015), que reforça, entre outras coisas, a garantia à educação da pessoa com deficiência em seu capítulo IV, incumbindo ao Estado, Família, Comunidade Escolar e Sociedade de assegurar tal direito ao seu respectivo público. Assim, podemos notar que o país está repleto de parâmetros legais para afirmar a Educação a todos, incluindo o sujeito com deficiência. Magalhães e Cardoso (2011) dizem que “estes documentos legais apontam a importância das crianças com deficiência se beneficiar dos processos regulares de ensino junto às demais crianças”, ou seja, trabalhar a educação especial em uma perspectiva inclusiva, onde as salas de aula respeitam e aceitam a pluralidade de cada uma.

Sobre a inclusão Castro e Almeida (2011) constroem quatro categorias que discutem as dificuldades de permanência destes nas instituições de ensino: Atitudinais, que diz respeito às atitudes do outro sobre a diferença, o que muitas vezes acaba repercutindo em preconceitos; Arquitetônicas, seria a estrutura física da escola; Comunicacionais, a fragilidades das informações que circulam pelas mídias sobre a temática; Pedagógicas, “São aquelas evidenciadas na ação docente, nas práticas pedagógicas em sala de aula, na adequação do material didático, nas diferentes formas de acesso ao conteúdo ministrado pelos professores em sala de aula” (CASTRO; ALMEIDA, 2011, p. 184).

Essa última categoria dos autores abrange diretamente uma outra dimensão da inclusão, a Aprendizagem. Não é possível acreditar em um sistema de ensino que não vislumbre o sucesso do aluno, no caso seria o “aprender”, sendo assim se faz de máxima importância do papel do professor como mediador entre o conhecimento e o aluno. A prática

(83) 3322.3222

contato@cintedi.com.br

www.cintedi.com.br

docente em uma perspectiva inclusiva necessita de um professor atento e sensível a diferença e a diversidade, assim buscando o avanço de todos os alunos acreditando nas potencialidades de cada um e em suas singularidades. Porém, Magalhães (2002) diz que “apesar dos professores terem certa clareza de que existem diferenças no âmbito intergrupar, interindividual, os alunos ainda são avaliados e considerados numa perspectiva homogeneizadora”, o que acaba por não contribuir no processo de inclusão, e sim inserir o sujeito com deficiência em uma inércia escolar, ou seja, não acontece avanços na aprendizagem.

É necessário um professor que compreenda o processo de ensino-aprendizagem como uma construção ímpar para sujeito, respeitando as limitações e visando as potencialidades de cada um. Dentro da sala de aula, é a necessidade de desconstruir uma prática engessada e reconstruir uma atuação flexível, dinâmica e reflexiva.

A última dimensão apresentada para o processo da inclusão é a participação ativa do aluno na sala de aula. O estudante, com ou sem deficiência, precisa ter voz e vez na sua própria construção do conhecimento, assim tornando-se participante ativo da comunidade escolar.

A imagem social das pessoas com deficiência deve ser melhorada valorizando suas competências e possibilitando sua produtividade. A inclusão e a participação social devem ser favorecidas de forma que possa ter boas experiências, tomar decisões, escolher e assumir papéis sociais importantes. (CAPELLINI; MACHADO; SADE, 2012, p.166)

Vale salientar que tal feito é um “direito deles de falar a que corresponde ao nosso dever de escutá-los” (Freire, 1989, p. 17). Ou seja, o professor, agente da comunidade escolar mais próximo do aluno em sala de aula, necessita sempre está atento a ouvir a turma e tentar suprir as demandas apresentadas.

Afunilando a discussão, partiremos para o diálogo a respeito do deficiente intelectual dentro desse contexto de inclusão.

O termo deficiência intelectual surgiu nos primeiros anos do século XXI. Este “novo” termo, aos poucos, foi (e vem) sendo empregado no âmbito das reflexões e discussões políticas dos movimentos sociais referentes à pessoa com deficiência, em documentos legais de âmbito internacional e nacional e no meio acadêmico-científico (SOUSA, 2011, p. 26).

A deficiência intelectual diz respeito a um atraso cognitivo causado por diversos motivos antes ou durante o parto. Dentre os sujeitos com deficiência intelectual existe uma grande pluralidade, assim ressaltamos a necessidade de que os rótulos, estereótipos e estigmas sejam evitados. Quando falamos desses sujeitos dentro da sala de aula e na comunidade escolar, nos deparamos uma luta constante: a compreensão de que o aluno com deficiência intelectual está para além da socialização como único objetivo da aprendizagem dentro da escola. É necessário o reconhecimento das potencialidades dos alunos com DI para a aprendizagem dos demais conteúdos curriculares e da sua atuação ativa para o próprio processo de ensino-aprendizagem. “Atualmente, os alunos com deficiência intelectual ainda são incluídos em propostas curriculares pautadas na abordagem pedagógica de transmissão do conhecimento” (FONSECA, 2016, p. 16), ou seja, tal proposta entende o aluno como passivo e descarta a possibilidade da construção do conhecimento, resumindo a prática docente com o aluno com DI a simples reprodução e repetição.

2.2. Diálogos sobre alfabetização, literatura e DI

Um dos conteúdos curriculares base para todo sujeito é a alfabetização, ela constitui fundamento para toda a vida escolar e social, sendo de suma importância a discussão desta dentro do processo de escolarização do aluno com deficiência intelectual. Lopes e Vieira (2012, p. 5) definem a alfabetização como:

Um processo específico de apropriação do sistema de escrita que envolve duas dimensões indissociáveis: Apropriação do sistema de escrita alfabético – compreensão, pelo aprendiz, de como “funciona” a representação alfabética, da relação escrita/língua oral; Desenvolvimento de habilidades de produção (escrita) e compreensão (leitura) de textos escritos de diversos gêneros.

Dentro desse processo mais uma vez reafirmamos a necessidade de que o aluno seja respeitado como sujeito pensante e atuante dentro da construção do conhecimento. Sendo assim, entendemos que “a alfabetização é a criação ou a montagem da expressão escrita da expressão oral. Esta montagem não pode ser feita pelo educador para ou sobre o alfabetizando” (FREIRE, 1989, p. 13).

Por isso, precisamos destacar que o aluno com deficiência intelectual se inclui dentro desse contexto e existe a necessidade de reafirmação do seu respectivo lugar na sua própria alfabetização. Um dado que podemos apresentar sobre a temática e que ressalta a importância da discussão sobre a alfabetização do aluno com deficiência intelectual é que dentro dos

(83) 3322.3222

contato@cintedi.com.br

www.cintedi.com.br

sujeitos com deficiência, os que possuem a intelectual representam o menor grupo de alfabetizados, segundo o IBGE¹ de 2010, apenas 52,8% dos sujeitos com deficiência intelectual são alfabetizados. Sendo assim, entendemos que o grupo dos sujeitos com deficiência intelectual representa os que mais têm barreiras para serem alfabetizados, o que implica numa necessidade de maiores investigações que resultem em práticas inclusivas para o processo de alfabetização destes.

Nesse sentido, destacamos o uso do livro literário como instrumento pedagógico que pode auxiliar no processo de escolarização e alfabetização, mas também ir para, além disso, formando um sujeito sensível a realidade e crítico a realidade. Para isso, nos respaldamos em Costa (2007, p. 16) para definirmos o que é Literatura: “A literatura será entendida como aquela que se relaciona direta e exclusivamente com a arte da palavra, com a estética e com o imaginário”, ou seja, a literatura se caracteriza como arte, e que tem a necessidade de ser apreciada e não serve necessariamente a propósitos adjacentes.

A experiência estética cria a possibilidade de o sujeito sentir, assim criando relações mais profundas com texto e dando a oportunidade de redimensionar seus sentimentos. Sendo assim, “por meio da experiência estética é possível reconhecer a si como sujeito e, com a literatura, é possível vivenciar emoções, sentimentos e situações” (SILVA; TAVARES, 2016, p. 14). Além disso, a literatura está diretamente ligada ao imaginário, pois na literatura é ficção, mesmo que vise retratar a realidade passa por um processo de reelaboração a partir do ponto de vista do autor que se propõem a escrever.

Outro ponto a ser destacado é que a arte educa, sendo assim, pressupomos que o uso da literatura na sala de aula é de fundamental importância, possibilitando ao sujeito diversas aprendizagens e diversas instâncias. Sobre isso Amarilha (2013, p.38) afirma que:

O leitor, em contato com a narrativa ficcional, experimenta, cognitivamente e emocionalmente, inúmeras possibilidades do destino humano, portanto, multiplica seu conhecimento sobre o mundo e o comportamento das criaturas, experimenta a imersão em linguagem logicamente organizada, criativamente potencializada.

Freitas (2010, p. 104) afirma que “a literatura, enquanto atividade construtiva e criativa, que demanda a colaboração/atividade do leitor, é por si só uma atividade inclusiva”, ou seja, para a autora a partir do momento que o sujeito tem o real contato com literatura ele

¹O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) é uma fundação pública da administração federal brasileira.

se inclui a atividade, sendo assim, a mesma um elemento que pode fundamentar e potencializar a inclusão. Souza (2009) defende que o texto literário pode ser um importante meio para a inclusão social, assim reafirmando a importância da mesma para a temática, para a autora a “literatura é inclusiva por natureza” (p. 16).

Dessa forma, unir na prática docente a busca pela alfabetização do alunado com o trabalho com o texto literário, pode promover um aprendizado rico de significado e que transpasse a própria aprendizagem da língua escrita. No recorte para o aluno com DI, podemos compreender que tal discente teria ganhos qualitativos para sua aprendizagem da língua escrita se tivesse como interface o texto literário, com mais ênfase, no trabalho com o livro de literatura infantil, uma vez que esse instrumento rico não só da língua escrita, mas de outras linguagens, como a visual, para apoiar o processo de alfabetização.

Nessa dinâmica, nem só o aluno com DI poderia se beneficiar, mas toda a turma, configurando uma verdadeira prática inclusiva e fomentando um trabalho coletivo, onde todos estariam envolvidos. A inclusão acontece quando todos têm voz e vez em um mesmo espaço independente da condição inerente a sua existência, e a arte da palavra pode vir a possibilitar que esse conceito se materialize nas práticas educacionais.

Considerações finais

A educação, apesar de possuir divisórias didáticas de seus conteúdos, não pode ser vista como varias caixas temáticas que não dialogam. Dessa forma, buscar desconstruir os muros que separam os assuntos e fomentar a interação desses para uma prática fundamentada não apenas em um pilar, mas na pluralidade educacional que existe é uma trabalho árduo que os professores e pesquisadores da atualidade precisam direcionar suas atenções.

Dessa forma, buscamos em nosso trabalho promover diálogos entre a alfabetização tendo como suporte o texto literário e o livro de literatura infantil, assim como pensar de que forma a prática com esses elementos podem incluir o aluno com deficiência intelectual na sala de aula regular de ensino. Essa desconstrução e reconstrução dos paradigmas temáticos nos entregam elementos que necessitam ser pensados para a ação do docente em contextos que possuam esses elementos distribuídos em sua sala de aula.

Para, além disso, o discurso sobre a inclusão precisa ser revisto no intuito de buscar formas para que cada dia mais ele possa se consolidar na prática docente e nos espaços educacionais. Para isso, esse precisa buscar novas formas de se manifestar, afinando seu diálogo com outros elementos na dia a dia escolar. Em contra partida, a literatura precisa estabilizar seu espaço didático e pedagógico em nossas salas de aula, dessa forma, nos princípios defendidos nesse ensaio, um elemento fomenta e defende o espaço do outro, trazendo momentos ricos para todos os alunos.

Por fim, compreendemos que não exaurimos toda a temática nesse artigo e que há a necessidade de novos trabalhos que busquem diálogos semelhantes a esse, para fortalecer cada vez mais a idéia de uma inclusão verdadeiramente prática, sensível e substancial. E ainda, apontamos a necessidade de professores e pesquisadores se atentarem para tais diálogos a fim de beneficiar a aprendizagem do aluno, com e sem deficiência intelectual. Afinal esse é o grande intuito da educação, que todas possam verdadeiramente aprender.

Referências

AMARILHA, Marly. **Estão mortas as fadas?** Literatura infantil e prática pedagógica. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001– Natal: EDUFRRN.

_____. **Alice que não foi ao país das maravilhas:** Educar para ler ficção na escola. São Paulo: Editora Livraria Física. 2013.

BRASIL. **Constituição (1988).** Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.

_____. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.** Lei nº 13.146, de 6 de Julho de 2015.

CASTRO, S. F.; ALMEIDA, M. A. **Ingresso e Permanência de Alunos com Deficiência em Universidades Públicas Brasileiras.** Revista Brasileira de Educação Especial. Vol.20. Nº 2. 2014.

CAPELLINI, Vera L. M. F.; MACHADO, G. M.; SADE, Rossana M. S. **Contos de Fadas:** Recursos Educativo para crianças com Deficiência Intelectual. Psicologia da Educação, São Paulo, 34, 1º sem. de 2012, pp. 158-185.

COSTA, Marta Maris da. **Metodologia do ensino da literatura infantil.** Curitiba: IBPEX, 2007.

FONSECA, Gessica Fabiely. **Planejamento e Práticas Curriculares nos Processos de Alfabetização de Alunos com Deficiência Intelectual:** Experiências e Trajetórias em Tempos de Educação Inclusiva. 2016. 312 f. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Educação, UFRN. Natal. 2016.

FREIRE, Paulo. **A importância do Ato de Ler.** São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989.

FREITAS, Alessandra Cardoso de. **Leitura, Literatura e Inclusão:** Caminhos Possíveis. In: AMARILHA, Marly (Org.) Rede de Sentidos. Educação e Leitura. Brasília: Livro Líder. 2010.

LOPES, Denise Maria de Carvalho; VIEIRA, Giane Bezerra. **Linguagem, Alfabetização e Letramento: O trabalho pedagógico nos três primeiros anos do Ensino Fundamental e as especificidades da criança.** In: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. UFRN; CONTINUUM – Programa de Formação continuada do professor para a educação básica. Curso de Aperfeiçoamento Infância e ensino fundamental de nove anos. Módulo III - Linguagem, Alfabetização e Letramento. Natal: UFRN/CONTINUUM, 2012.

MAGALHÃES, Rita de Cássia B.P. **Reflexões sobre a diferença:** uma introdução à educação especial. Fortaleza: Demócrito Rocha/ Ed. UECE, 2002.

_____; CARDOSO, Ana Paula L. B. **Educação Especial e Educação Inclusiva:** Conceitos e políticas educacionais. In: MAGALHÃES, Rita de Cássia B. P.(org.) Educação especial: escolarização política e formação docente. Brasília: Liber Livro, 2011.

SILVA, Andrialex William; TAVARES, Marianna Carla Costa. **Aprendizados Do Estágio Supervisionado:** Contos, Cores E Imaginação Na Educação Infantil. ENEI – Encontro Nacional de Educação Infantil, Natal – RN. 2016.

SILVA, Nara Liana Pereira; DESSEN, Maria Auxiliadora. **Crianças com Síndrome de Down e suas Interações Familiares.** Psicologia: Reflexão e Crítica, 2003, 16(3), pp. 503-514.

SOUSA, Carlos H. G. **Pessoa Com Deficiência Intelectual:** Desafios Para Inclusão Nas Empresas De Grande Porte Do Pólo Industrial De Manaus/Am. 2011. 139 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) –Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica Do Rio De Janeiro, Rio de Janeiro. 2001.

SOUZA, Danielle Medeiros. **Leitura e Educação:** Um caso/ Uma Casa de Inclusão. 2009. 297 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal. 2009.